



## PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DE UMA CULTURA FABRIL

### PROTAGONISM OF BLACK WOMEN IN THE CONTEXT OF A FACTORY CULTURE

Juçara da Silva Barbosa Mello

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

jsbmello@puc-rio.br

#### RESUMO

O artigo discute formas de opressão e discriminação a partir da intersecção gênero, raça e classe, entendendo-a como manifestações entrecruzadas e dissimétricas. Faz isso a partir da análise de experiências específicas ocorridas no ambiente fabril têxtil da Companhia de Tecidos Bezerra de Mello – Grupo Othon. Destaca o protagonismo de mulheres operárias negras em meio a relações sociais marcadas pelo preconceito e discriminação, com ênfase nas memórias de uma delas. Por fim, discute sobre possíveis causas do apagamento histórico do lugar específico dessas mulheres, apontando para a relevância social do desvendar dessas trajetórias.

**Palavras-chave:** Mulheres negras; raça; classe; interseccionalidade

#### ABSTRACT

The article discusses forms of oppression and discrimination based on the intersection of gender, race and class, understanding it as intertwined and dissimetric manifestations. It does this based on the analysis of specific experiences that took place in the textile manufacturing environment of Companhia de Tecidos Bezerra de Mello - Grupo Othon. It highlights the role of black working women in the midst of social relations marked by prejudice and discrimination, with an emphasis on the memories of one of them. Finally, it discusses possible causes of the historical erasure of the specific place of these women, pointing to the social relevance of unraveling these trajectories.

**Key words:** Black women; breed; class; intersectionality

#### 1. Introdução

A primazia da questão da classe é marcante em diversos estudos sobre o operariado brasileiro. Não é difícil fazer essa afirmação, quando – ainda que não deliberadamente – a própria autora do presente texto operou nesse sentido até bem pouco tempo. Fato que se explica por um

apagamento histórico das mulheres de um modo geral, e das mulheres negras em específico, tornando-as invisibilizadas para olhares de diferentes perspectivas, inclusive a da chamada história dos “de baixo”, que tem em E.P.Thompon um de seus mais importantes precursores<sup>1</sup>.

O revisitar dessas histórias visa, na análise das experiências de mulheres negras, considerar a possibilidade de outras racionalidades para o conhecimento. O objetivo é problematizar uma lógica de dominação persistente, fundada em paradigmas naturalizadores de formas de opressão, forjadas pelos critérios do gênero e da raça. Trata-se de refletir sobre as diversas situações em que ocorrem o entrecruzamento e a combinação entre as diferentes formas de preconceito e discriminação.

Angela Davis, em conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, no Maranhão, destaca que “a classe é importante”, mas que “é preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça também informa a classe. E gênero informa a classe. ” A autora enfatiza a importância de refletir sobre as intersecções entre raça, classe e gênero, “de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas” (Disponível em <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 10 out. 2020).

Nessa perspectiva, será apresentada uma análise de algumas experiências ocorridas no ambiente fabril têxtil específico da Companhia de Tecidos Bezerra de Mello – Grupo Othon –, em que será destacado o protagonismo de mulheres operárias negras em meio a relações sociais marcadas pelo preconceito e a discriminação, com ênfase nas memórias de uma delas. Por fim, serão discutidas possíveis causas do apagamento histórico do lugar específico dessas mulheres, apontando para a relevância social do desvendar dessas trajetórias.

## **2. Relações sociais e interseccionalidade nas fábricas têxteis do Grupo Othon**

*As intersecções das formas de opressão que não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a “produção de efeitos específicos”. Formas de opressão não operam em singularidade, elas se entrecruzam (KILOMBA, 2019: p. 98)*

---

<sup>1</sup> Este lugar é atribuído a Edward Palmer Thompson, principalmente após a publicação da trilogia *A formação da classe operária inglesa*, em 1987, resultante do privilégio dado em seus estudos a classe operária inglesa como agente histórico principal de sua formação.

O universo fabril têxtil, especialmente o composto pela situação de fábrica com vila operária<sup>2</sup> (LEITE LOPES, 1998), constituído em diversos lugares do país, esteve marcado por forte dinâmica social, política e cultural. Nestes espaços circunscritos, em suas relações mais ou menos simétricas, e também assimétricas e verticalizadas, o operariado vivenciou experiências de consenso e de resistências, de reciprocidades e de animosidades. Para além das relações em que o crivo da classe dava o tom, resultando em identidades corporativas fortes, outras dimensões marcadoras da diferença foram balizadoras de variadas e variáveis formas de preconceito, exclusão e opressão. É válido ressaltar que tais hierarquias opressivas podiam demarcar tanto as relações entre o patronato e o operariado, quanto àquelas que se davam no interior do próprio grupo ou classe (THOMPSON, 1987: p.10).<sup>3</sup>

O fundamento dessas afirmações consiste no resultado de diversas pesquisas já realizadas, desta autora e de outros, envolvendo as fábricas da Companhia de Tecidos Bezerra de Mello – Grupo Othon –, localizadas inicialmente no estado de Pernambuco e posteriormente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Alagoas (Cf. MELLO, 2019; FARIAS, 2012; OLIVEIRA, 2007). O sistema de fábrica com vila operária foi adotado pelo industrial Othon Bezerra de Mello desde os primórdios de seu grupo têxtil em Pernambuco, a partir da compra e modernização da Fábrica Apipucos, em 1924, expandindo-se em seguida com a instalação das fábricas Amalita, da Bezerra de Mello e da Malharia Anita. Em 1939, Othon Bezerra de Mello, o patriarca do Grupo, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde adquiriu a Fábrica Esther, à qual juntou-se, posteriormente, as fábricas Maria Amália em Minas Gerais e Carmen em Alagoas (MELLO, 2012: p.57;145).

Os trabalhadores desse complexo fabril encontravam-se submetidos à uma rígida hierarquia no espaço de trabalho, fundada numa classificação que seguia os parâmetros de uma divisão sexual e etária. O critério étnico-racial, contudo, também determinante como elemento de diferenciação social, aparece mais ou menos silenciado no discurso hegemônico desses sujeitos

---

<sup>2</sup> O “sistema de fábrica com vila operária” foi conceituado por José Sérgio Leite Lopes na obra *A tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. Um clássico sobre trabalho têxtil no Brasil, no qual é apresentada uma análise minuciosa da estrutura de funcionamento da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, classificando-a como “um caso particular do possível no sistema de fábrica com vila operária”.

<sup>3</sup> Entendemos aqui, tal como Thompson, que a classe não é uma coisa dada à priori, “ela acontece quando alguns homens [e mulheres], como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens [e mulheres] cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus”. Embora o autor não tenha considerado o critério racial como elemento de diferenciação intra e inter-classes ou grupos, sua definição do conceito de experiência permite análises mais complexas de como se operam as relações sociais que considerem, além da diferenciação pela classe, também pelo gênero e a raça.

históricos. Essas formas de classificação não se criam no interior da fábrica, mas remetem a uma estrutura social patriarcal herdada do passado camponês de grande parte do operariado e reforçada pelo discurso empresarial.

*A indústria melhorou moral e economicamente o Brasil. As condições são boas. Mas em algumas fábricas somente. Em outras as condições são ainda lamentáveis, pedem uma legislação social que no mínimo faça às vezes de antigos senhores de engenho, dos bons, dos que amparavam e protegiam toda a gente ao redor da Casa Grande (RIALTO, 1928. Apud. MELLO, 2012:p.125).*

A fala do empresário denota a presença de certa nostalgia de um passado, então ainda muito recente, no qual as relações de trabalho estavam alicerçadas em bases fortemente hierarquizadas pelo critério da classe, do gênero e, explicitamente, da raça. A evocação por “*uma legislação social que no mínimo faça às vezes de antigos senhores de engenho, dos bons, dos que amparavam e protegiam toda a gente ao redor da Casa Grande*”, é reveladora de permanências de uma estrutura social em transformação. A instituição do fim das relações de trabalho escravistas não significou uma ruptura com esse passado, apenas marcou o início das lutas pela superação de uma percepção naturalizada de classificação social fundada no critério étnico-racial.

Nesse contexto, foram construídas fortes redes de solidariedade e sociabilidades que se estendiam para além do espaço de trabalho – embora com ele se articulasse – atingindo as esferas da família, da vizinhança e do lazer. Espaços em que foram forjadas identidades a partir de relações de poder manifestadas nas experiências vivenciadas em torno da centralidade do trabalho fabril, indicando ora aproximações, ora distanciamentos. As memórias desses trabalhadores são marcadas por essas vivências – que são suas, mas que também se confundem com as de gerações anteriores (POLLAK, 1989) – em maior ou menor intensidade, dentro e fora do espaço de trabalho, tanto no labor como no lazer, conforme é possível vislumbrar na narrativa abaixo:

*O apito das fábricas, às seis horas da manhã, acordava muitos apipuquenses, que tinham obrigações profissionais. Também ao soar das dezoito horas, anunciando o descanso, orientava os habitantes das cercanias. Léo frequentava às vezes as danças dos sábados e tinha prazer em cortejar as mulatas roliças, perfumadas com água de cheiro e de cabelos untadas à vaselina. Eram operárias tímidas, de pouca instrução, mas ardentes” (SANTOS, 1994:113)*

Na obra literária “Meu Romântico Apipucos”, o memorialista deixa indícios de feições do cotidiano dos trabalhadores da Fábrica Apipucos (chamada Fábrica Coronel Othon na década de 1940). Entre os aspectos presentes nos mais diversos tipos de relatos acerca do cotidiano dos trabalhadores de muitas dessas fábricas, conforme o exemplo acima, são recorrentes as

lembranças do apito marcando o tempo de todo tipo de atividade, os bailes animados pela orquestra, composta por músicos que eram também operários, no Recreio construído pela fábrica para o lazer dos trabalhadores.

Outra evidência a chamar a atenção é a do estereótipo atribuído às mulheres operárias, também negras, chamadas pelo memorialista de “mulatas roliças”, o que dá pistas de uma subalternização da mulher operária, e negra, pela via da sexualização de seus corpos. Diversas pesquisas apontam que, historicamente, mulheres negras têm tido essa função de serem corpos sexualizados (KILOMBA, 2019:141; COLLINS, 2000; HOOKS, 1981). Tais estereótipos conferiam um lugar de subalternidade a essas mulheres no interior de seu próprio grupo, além de revelarem a sobreposição da classificação de gênero e raça. Essa sobreposição, que denota o que vem sendo chamado de interseccionalidade, indica a existência de pontos de vista próprios à experiência da conjunção de sexo, raça e classe em lugar da visão de uma experiência específica das mulheres (HIRATA, 2014:pp.61-63).

*A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (HIRATA, 2014 Apud. BILGE, 2009: 70)*

Nessa perspectiva, compreende-se que os valores da família patriarcal<sup>4</sup> (FREYRE, 1949: 16), que fundamentavam a vida dos patrões, constituíam padrão também entre os operários, o que revestia de preconceitos o trabalho feminino nas fábricas. A aceitação de que a mulher deixasse o ambiente privado para exposição pública no espaço de trabalho, ocorria, quase sempre, em função dos baixos salários, que não permitiam ao homem ser o único provedor da família. Situação exemplar é citada em muitos casos, quando, frente à hierarquia operária o casamento podia significar o fim do trabalho fabril para as mulheres em alguns grupos (FONTES,

---

<sup>4</sup> O sociólogo e amigo pessoal de Bezerra de Mello, Gilberto Freyre, em artigo publicado no Diário de Pernambuco, chama a atenção para a “fidalguia” do industrial, seu caráter patriarcal e estilo senhorial. “A casa colonial de meu amigo Sr Othon Lynch Bezerra de Mello é outra casa assim: tem caráter. Recorda essas nossas casas de engenho, vastas e boas, na sua repousada brancura de cal. Faz sentir quatrocentos anos de vida pernambucana – social e econômica. Toda ela irradia uma hospitalidade ao mesmo tempo cristã e senhorial.”

2004:391)<sup>5</sup>. Entre as esposas de operários ocupantes de cargos de chefia, a regra era a interrupção do trabalho fabril a partir do matrimônio:

*Minha esposa, quando nós casamos também trabalhava na fábrica, mas quando nós casamos, eu mandei ela [sic] sair (...) porque se eu vou casar tenho que ter repensabilidade de manter a casa, né? E ela em cuidar dos filhos (SILVA, 2006)*

Semelhante constatação foi realizada por Daniela Tristán, Em pesquisa sobre Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, a *Tecejuta*, a autora constata que as mulheres ocupavam lugar de subalternidade. O espaço público não era destinado às mulheres e seu trabalho “perturbava a ordem dos padrões morais”.

*Assim, o simples fato de as mulheres trabalharem na Tecejuta já era motivo para serem vistas como prostitutas. O que levava as pessoas de fora da fábrica a fazer esse associação? Esta parece estar relacionada a um conjunto de ideias conexas. Se o livre trânsito no espaço “público” (à exceção do mercado, do mundo das compras, do comércio) era moralmente interdito às mulheres, aquelas que ousavam adentrá-lo no mundo do trabalho, cheio de homens, o fariam porque estariam dispostas à interação com estes, expondo-se desse modo aos supostos decorrentes perigos para a preservação de sua “virtude”. Por outro lado, mostrava-se sempre presente, como elemento extremo de comparação, a figura da prostituta, que se expõe pública, proposital e explicitamente aos homens (TRISTÁN, 2016: p172-172)*

É possível que dentre as mulheres citadas por Tristán se encontrassem mulheres negras, quem sabe a maior parte delas. Somente mais recentemente a invisibilidade dessa sobreposição de gênero e raça vem sendo contestada por aqueles que postulam a presença da interseccionalidade na análise de sistemas de opressão geradores das desigualdades. Nesse sentido, é possível argumentar que se a exposição pública das mulheres no espaço de trabalho já era motivo para que fossem vistas como “prostitutas”, como afirma Tristán, o que dizer dessa presença nos espaços de lazer e de resistência, como nos sindicatos e partidos; lugares predominantemente ocupados por homens? Conforme registrado pelo memorialista apipuquense, as mulheres operárias, “mulatas roliças”, eram “tímidas”, “mas ardentes”, e eram também “sem instrução”.

A memória do operário apipuquense deixa entrever a presença do patriarcalismo e do racismo estrutural, que permeou as relações sociais de gerações de trabalhadores. Tanto é assim que, no exercício de esquecimentos e lembranças que fundamentam a memória, as mulheres

---

<sup>5</sup> Analisando a migração de nordestinas para o trabalho na empresa Nitro Química Brasileira, Paulo Fontes destaca que a experiência das mulheres migrantes era “significativamente distinta da dos homens”, constatando que “o trabalho feminino na fábrica era visto pelos homens como secundário e temporário”, devendo ser o casamento o que determinaria seu fim.

operárias apipuquenses – e apenas as mulheres, “mulatas roliças” – foram lembradas como sendo “sem instrução”, significando ser o acesso ao mundo letrado mais um critério de diferenciação. Essa, contudo, não era uma prerrogativa somente das mulheres. Tratava-se de um atributo de boa parte do operariado em geral, justificado em grande medida por sua origem marcadamente rural (MELLO; RIBEIRO, 2020:pp.161-191)<sup>6</sup>.

Ademais, é preciso refutar qualquer ideia que pretenda naturalizar uma suposta ausência de vocação do operariado pela cultura letrada. Guardadas as devidas proporções, cabe mencionar as análises de Jean Hebrard. O historiador, ao argumentar sobre a noção de que trabalhadores urbanos na França do século XIX, dedicados às atividades fabris seriam, em contraposição aos trabalhadores rurais, mais propensos a leitura e a instrução, esclarece:

*Que a leitura pertença a primeira (trabalhadores urbanos) não é de se espantar aos que, através de um olhar anacrônico ligam leitura e lazer. A leitura tornou-se uma necessidade em um mundo que se consagra ao progresso e a modernidade, em um mundo em que populações fragilizadas pelos modos de vida urbanos e difícil disciplina da fábrica são aguardadas pelo vício e a decrepitude física (HEBRARD, 2009: p.42)*

Para o autor, a percepção da leitura (instrução/escolarização) como sendo prazerosa entre os operários fabris no início da industrialização é uma operação inteiramente anacrônica. Tampouco é pertinente atribuir à ausência desse gosto entre os trabalhadores rurais algum tipo de demérito ou incapacidade. O progresso e a modernidade trazem consigo necessidades antes inexistentes. Os Sentimentos e as necessidades materiais irão se amalgamar nesse momento de transformações históricas envolvendo tradição e modernidade.

### 3. Mulheres operárias e mulheres operárias negras

A invisibilidade legada pela historiografia a mulher operária negra, no contexto do universo fabril, vem sendo revista a partir de novos olhares para esses “antigos espaços”, já revisitados por pesquisadores que buscaram construir a história dos “de baixo”, enfocando o seu cotidiano e sua cultura, mas ainda sem romper a barreira da invisibilidade que impede a visão do crivo da raça nas relações já marcadamente conflituosas pelos critérios do gênero e da classe.

---

<sup>6</sup> A origem rural de operariado, em específico a do distrito de Santo Aleixo, situado à cerca de 70 km da cidade do Rio de Janeiro, foi discutida anteriormente em artigo publicado em coautoria com Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.

A cultura fabril, considerada em seus processos de constituição, é reveladora das relações hierarquizadas de dominação e subordinação, que instituiu variados códigos de identificação que ora funcionavam como marcadores de aproximações, ora de distinções e distanciamentos.

Os diferentes espaços de atuação dos trabalhadores se encontravam atravessados pelas relações hierarquizadas de dominação e subordinação, instituindo formas e signos. Nos blocos carnavalescos, muito comuns em situação de fábrica com vila operária, os padrões morais e os lugares ocupados na hierarquia operária apareciam como critério de classificação de quem podia e de quem não podia participar. De acordo com Paulo Lopes, militante sindical e líder de blocos carnavalescos em Santo Aleixo, “só podia participar do bloco gente honesta, o negócio era tão bem feito que se desconfiasse de uma moça ela não entrava no bloco, só participava gente de família” (LOPES, 2005). Ao ser questionado sobre a presença de negros no bloco, Paulo Lopes assinala, “podia participar todo mundo, mas tinha que ser honesto. No bloco tinha também gente de cor, não tinha essas coisas não” (LOPES, 2005).

O cruzamento de diversas categorias documentais, como fotografias, atas de clubes recreativos e uma série de depoimentos ratificam o que foi dito por Paulo Lopes. Parecia não haver restrição explícita à participação de negros e negras em associações recreativas, sindical e no espaço de trabalho. Contudo, é notória a ausência de negros (homens) em lugares de liderança nessas associações ou no fortemente hierarquizado espaço da fábrica. As mulheres, tanto brancas quanto negras, encontravam-se alijadas de lugares de poder nesse espaço fortemente marcado pelo patriarcalismo e por relações de dominação e subordinação.

*Antigamente entrava na fábrica com 12 anos. As máquinas eram altas, então eles faziam aquele tablado assim pra criança poder trabalhar. Era criança! Criança mesmo! Olha, eu trabalhava na fábrica no segundo turno, então eu estudava de manhã. Chegava em casa por volta de onze horas. Às vezes ainda tinha que ir ao armazém fazer compras para a mamãe. Lavava roupa, passava e ainda trabalhava na fábrica! A gente perdia a mocidade da gente, a juventude, a adolescência. (PECLAT, 2005)*

As experiências compartilhadas e as relações sociais em torno da família, da vizinhança e do trabalho, eram percebidas distintamente entre homens e mulheres. No depoimento acima a operária sublinha a sua sobrecarga pelo acúmulo do trabalho doméstico com o fabril, destacando que “lavava roupa, passava e ainda trabalhava na fábrica”, situação que comumente não ocorria com os trabalhadores do sexo masculino. Essa hierarquia era agravada no caso da mulher negra. Sua condição em relação às mulheres brancas era de uma subalternidade velada, que nem sempre era verbalizada, sendo, contudo, intensamente vivenciada. Entretanto, algumas mulheres



subvertiam essas normas atuando em outros espaços. Esse foi o caso da operária Lúcia de Souza. Uma mulher negra, cuja trajetória contribui para compreensão de como esses variados códigos de identificação, imersos na cultura fabril, podiam se manifestar.

Lúcia de Souza foi uma mulher, negra, operária militante sindical de reconhecida atuação no distrito fabril de Santo Aleixo, localizado a cerca de 70km da cidade do Rio de Janeiro. Um reconhecimento manifestado nas vozes de homens também militantes e de mulheres operárias. Na obra *Brasil, país do futuro?* O médico Irun Sant'Anna, liderança sindical que atuou em Santo Aleixo nos anos de 1950-60, fica registrado o protagonismo dessa mulher na militância sindical.

*Em Santo Aleixo ponteavam como líderes operários Edna Nunes da Silva, Lúcia de Souza, Agenor dos Santos, Astério dos Santos, Dioclécio, Paulo Lopes, Luzia Santana de Souza, Aristides, Imbeta, Ilza e seus pais Oscar e Xandoca [...] Edna e seu marido me acolhiam e seu marido, João Inácio, me acolhiam quando eu, em atividade partidária, ficava em Santo Aleixo. Lúcia me escondeu durante duas semanas quando, durante greve duradoura, a polícia me procurava como dirigente comunista. Grifos meus. (SANT'ANNA, 1997: p.50)*

Em entrevista realizada em 2007, D. Lúcia, já com 87 anos de idade, relatou ter sofrido muito preconceito por ser “uma mulher que vivia no meio de homem”, o que se agravava por ter exercido boa parte de sua militância no período em que ainda era solteira. O casamento só viria aos 50 anos de idade, com Manoel Ferreira de Lima, líder rural que chegou a ocupar a vereança da cidade, no pleito municipal de 1954. Foi um dos precursores das ligas camponesas do Rio de Janeiro (FETAG). Em 1989, pouco antes de morrer, foi agraciado com a medalha Chico Mendes (GRUPO TORTURA NUNCA MAIS <disponível em <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/medalha-chico-mendes/>. Acesso em 15 abr. 2008).

Segundo o que fora registrado por Irun Sant'Anna, Manoel Ferreira de Lima, líder rural, diácono da Igreja Batista, vivia buscando na Bíblia similitudes como o marxismo (SANT'ANNA, 1997: 156). No trecho abaixo, D. Lúcia recorda os feitos do marido, deixando entrever a presença de uma forte identidade de classe:

*Meu marido fazia campanha, mas a campanha dele era toda a favor do trabalhador[...]. Ele só fazia campanha política baseada na palavra de Deus. Meu marido era político com honestidade. Ele fazia uns cartõezinhos com o capítulo 5 de Tiago e distribuía para o povo. Ele gostava muito porque nesse capítulo chama a atenção dos ricos. Outro foi Neemias, no capítulo 5 também. Neemias viu todo o sofrimento daquele povo, e teve coragem de chamar a atenção dos poderosos, porque a maldade vem dos poderosos, meu Deus! Você vê, nós estamos no século XX, né? A gente ainda vê trabalho escravo. Que horror, meu Deus! E o povo de Deus aceitando isso, mas a palavra de Deus condena isso! A gente tem que falar isso! E Neemias viu o sofrimento daquele povo e chamou a atenção dos poderosos. Ninguém fala disso, mas o meu marido falava. Falava e escrevia. (SOUZA, 2007)*

Nos rígidos padrões morais a que estavam submetidos esses trabalhadores, a regra era que o casamento significasse, para algumas mulheres, o fim do trabalho fabril (FONTES, 2004: pp.391-393). Essa regra, no entanto, não se aplicava às famílias que ocupavam lugares subalternizados na hierarquia operária. Além disso, as atividades político-sindicais, vistas por uma parte do grupo como subversivas, eram tidas como práticas eminentemente masculinas. A presença de mulheres desacompanhadas podia gerar incômodos, conforme relatado pela operária Lúcia de Souza.

*Eu lutava porque achava que a luta era essa, contra as pessoas que exploravam os trabalhadores, e eu sempre fui a favor dos trabalhadores [...]. Então tinha aqueles grupos que não gostavam de mim. Tinha gente que nem falava com a gente, e eram poucas as mulheres que lutavam, então tinha muito preconceito (SOUZA, 2007)*

Códigos de identificação distintos podem ser vislumbrados por meio da fala dessa mulher, que em seus próprios termos foi “uma operária lutadora, muito grossa, muito braba, mas que sempre deu conta de seu recado”. Aqui, é possível verificar como o viés da classe é o que emerge com clareza; o da raça, no entanto, desponta nos entremeios de suas memórias, de forma sutil, porém vigorosa.

A fala da D. Lúcia é também marcada pelo orgulho em ser uma mulher “letrada”. A todo momento da entrevista, manifesta a enorme admiração que nutria por uma professora do local, cuja trajetória é também emblemática, a professora Ruth Telles de Menezes. Emerge a todo tempo o orgulho que tinha pelo fato da professora Ruth Telles ser uma mulher negra como ela. Nota-se, com isso, a projeção de uma representatividade determinante na construção da identidade étnico racial da D. Lúcia. O orgulho por ser uma mulher letrada e se ver representada: “Dona Ruth era uma mulher muito forte, muito inteligente e era negra; ela gostava muito de mim e dizia que eu era muito inteligente”.

Nas lembranças de D. Lúcia, nota-se, também, um tom de protesto, traduzido pela reivindicação do reconhecimento coletivo do protagonismo da professora que, em suas palavras, “foi esquecida, nem uma escola com o nome dela, e essas que tem aí com nomes de pessoas que ninguém sabe quem é”.

Ruth Telles de Menezes foi a primeira entre os treze filhos de uma numerosa família a ter acesso à educação. Suspeita-se que seu sobrenome tenha sido adotado da família do poderoso

Comendador Pedro Antônio Telles Barreto de Menezes, que teria sido proprietária de seus avós paternos.

*Ruth formou-se professora na Escola Normal do Liceu de Humanidades de Campos-RJ. Foi aprovada no concurso estadual de professores e, logo em seguida, em 1934, mudou-se de São Fidélis para Santo Aleixo. Chegando na cidade passou a residir com sua mãe e suas irmãs numa casa cedida por uma das fábricas do local, que passou a funcionar também como a escola, pela carência de espaço que comportasse a demanda de alunos (SANTOS, 2020:p.17)*

A pesquisa desenvolvida por Maria Clara Moreira dos Santos, “Ruth Telles de Menezes: mulheres negras que democratizaram o ensino em Santo Aleixo” (SANTOS, 2020), aborda a trajetória da professora Ruth Telles e de suas irmãs. Mulheres negras que tiveram uma atuação importantíssima na educação local. Santos evidencia que a profa. Ruth teria sido a responsável por conseguir que fosse construído o primeiro (e único) grupo escolar da cidade. Feito apagado da memória e da história local. No discurso oficial, os louros por ter conseguido, junto ao governo do estado que o grupo escolar fosse construído em 1955, ficaram todos para o então prefeito da cidade de Magé, Waldemar Lima Teixeira. Além disso, a autora também revela que as irmãs da professora Ruth Telles, também professoras, estiveram entre os fundadores da congregação batista que deu origem a Primeira Igreja Batista da Cidade, maior templo religioso protestante do local. Fato também silenciado tanto na história oficial da Igreja quanto na memória da comunidade, revelando que o racismo também esteve presente nas instituições religiosas e de segmento protestante (CHAVES, 2020). Essas mulheres negras foram invisibilizadas da história local, inclusive dos registros pedagógicos e históricos da instituição hoje chamada de Colégio Estadual Joaquim Leitão.

Em sua trajetória, D. Lúcia combinou a devoção religiosa como membro da Igreja Batista com a militância sindical e partidária. Em Santo Aleixo, a militância contou com participantes de perfis heterogêneos: operários de alto e baixo escalão; homens e mulheres, brancos e negros.

*Eu nunca saí em bloco não, até dançava, né. Mas nessas coisas sempre fui muito moderada, nunca fui muito chegada. Aqui em Santo Aleixo tinha essas coisas todas. Tinha banda de música, bloco de carnaval, futebol. Tinha isso tudo, mas eu nunca participei não, só olhava assim, mas não participava não. Eu era mais da luta mesmo! Algumas pessoas que participavam dessas coisas não estavam interessadas na luta[...] Só ficavam lá se distraindo, e quando a coisa apertava um pouquinho já iam logo se afastando (SOUZA, 2017).*

A grande presença de mulheres e meninas nas fábricas favoreciam os mecanismos de superexploração, entre eles o rebaixamento de salários, um clima de insegurança, diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores. Na década de 1950, reportagens do jornal A Imprensa Popular denunciavam as condições do trabalho feminino nas fábricas de Santo Aleixo.

*O elemento feminino é em alta porcentagem requisitado para o trabalho, cerca de 50 por cento. Com isso os patrões têm em vista arrecadar mão de obra mais barata. Mais de 600 menores de ambos os sexos, trabalham na fábrica Esther, executando trabalhos pesados até para os adultos. Na fiação, por exemplo, garotas franzinas, de 14 e 15 anos de idade, trabalham empurrando carrinhos cheios de espula (espécie de carretilhas com fios), com o corpo inclinado ameaçando o funcionamento normal dos rins. Não raro uma dessas fiandeiras começa a sentir dores nas costas, como consequência do próprio trabalho. Outro serviço odiado na fiação é o das varredeiras, também executado por garotas menor de idade (IMPRESA POPULAR, 1951:p. 5)*

Além da utilização do trabalho de meninas menores de idade no trabalho fabril, era comum que fossem cooptadas também para o trabalho doméstico.

*Perdi minha mãe muito cedo. Então, quando tinha 9 anos fui trabalhar na fazenda de seu Hermann (proprietário de uma das fábricas do local). Eu trabalhava em troca do lugar pra morar e da comida, e no final do ano ganhava lá um sapatinho e uma roupinha. Os empregados da fazenda dormiam todos na casa de um caseiro, que era um tal de Frank. Eu tinha pavor desse homem porque quando fui ficando mocinha ele tentava me agarrar. Então com 16 anos seu Hermann me transferiu para trabalhar na fábrica, aonde eu aprendi uma profissão (GUALANDI, 2007)*

A fala dessa operária revela o quanto no caso da mulher, a superexploração do trabalho, soma-se à subjugação pelo sexo. O trabalho doméstico e o assédio sexual são elementos definidores de uma divisão que subalterniza a mulher na relação com os homens operários. O gênero, aqui, aparece como complexificador dos códigos de identificação fundados no critério da classe.

A trajetória dessa operária é reveladora do quanto as identidades podem ser variadas e variáveis. A partir de suas memórias é possível perceber a articulação de elementos marcadores da classe, do gênero e da raça, levando-nos a considerar os limites das análises que enclausuram e hierarquizam os elementos marcadores das desigualdades sociais. A plasticidade das identidades denota a dinâmica desses códigos de identificação, que se apresentam imbricados, mas que tendem a mascarar as diferenças raciais. Classe, gênero e raça são dimensões a serem consideradas a partir da compreensão de que por vezes um critério de diferenciação prevalece sobre o outro e por vezes eles se confundem, especialmente no Brasil, um país de passado colonial, que ainda permanece submetido a colonialidade do saber e de poder (MIGNOLO:2007). Isso implica na

predominância de uma epistemologia naturalizadora do racismo, relacionada à ideia hegemônica e enganosa de uma democracia racial (DOMINGUES, 2005: pp.116-131).

As evidências da diferenciação fundada na raça surgem em vários momentos das lembranças da luta política e sindical da operária. A diferenciação pela raça aparece intrínseca aos marcadores da classe e com eles confundindo-se.

*Na época da Revolução danaram a prender gente a torto e a direito [...]. Eles diziam que iam prender os parentes daquela preta 'vesga'. A vesga era eu! Eles tinham raiva de mim, e aproveitaram pra se vingar na época da Revolução! (SOUZA, 2007)*

Conforme aponta Michael Pollak, as lembranças refletem uma busca de nexos entre o passado e o presente, pela noção de continuidade, necessária ao ordenamento dos acontecimentos de uma vida para que a mesma alcance o sentido de se tê-la vivido de uma forma e não de outra. As circunstâncias em que se vive no presente implicam na modelação e remodelação da memória. Em outros termos, a conjuntura do presente e nela a posição ocupada por pessoas ou grupos pode ser favorável a algumas lembranças, enquanto outras são esquecidas, provocando as nuances que caracterizam a memória como um fenômeno dinâmico e fluido (POLLAK, 1992).

O contexto político em que foi realizada a entrevista com a D. Lúcia contribuiu para dar sentido e significado à sua própria trajetória, vivificando em suas memórias um passado de lutas e fazendo aflorar um sentimento de êxito.

*Não tenho arrependimento de nada, minha missão foi cumprida. Eu sou a favor do trabalhador até depois de morta, sou Lula doente. Gosto de Lula. Lula tá fazendo as coisas que a palavra de Deus manda, gente! Infelizmente muita gente ao lado dele tá se aproveitando por conveniência própria, não tem amor pela causa. Mas ele tem, ele tem, coitado! Nem Jesus agradou todo mundo. Muita gente não aceita o governo dele porque ele, em vista dos outros, é analfabeto, negro, cotó (faltando um dedo), operário e nordestino. Chegar a presidência no primeiro mandato e no segundo mandato! Têm pessoas que não aceitam né, o que puder jogar em cima dele jogam, e ainda com pessoas ao lado dele escandalizando! Mas ainda assim eu sou com ele até depois de morta! (SOUZA, 2007)*

A fala da operária permite entrever a construção de vínculos de identificação, perceptíveis quando relaciona sua própria posição, “a favor do trabalhador” com a de ser “Lula até depois de morta”. Os vínculos construídos pelo critério da classe são, subjetivamente articulados a outros códigos de identificação que são as categorias de raça e deficiência. A operária “lutadora (e vencedora), negra e vesga” se identifica com o operário, agora também um vencedor, que é “analfabeto, negro, cotó e nordestino.

Assim, as categorias de diferenciação social mobilizadas por D. Lúcia, visando dar destaque às relações de poder e aos mecanismos de exclusão no tempo presente, parecem remeter, retrospectivamente, aos marcadores da diferença a partir dos quais ela própria fora discriminada.

#### **4. Considerações finais**

Há muito tempo o apagamento do protagonismo de mulheres negras vem sendo reproduzido pela historiografia. Contribuíram para isso análises forçadas por dentro de uma estrutura patriarcal, fruto em grande medida de uma lógica de dominação persistente, fundada em paradigmas naturalizadores de formas de opressão fundadas nos critérios do gênero e da raça. Também já faz algum tempo, embora um pouco menos, que as políticas de identidade buscam afirmar, por meio dos critérios da diferença, aspectos essenciais de indivíduos e grupos, como mulheres, homens, brancos, negros, homossexuais e heterossexuais. Situação perigosa, na medida em que pode resultar em fundamentalismos.

O que aqui buscou-se discutir se localiza na questão de que tais políticas de identidade são controladas por uma identidade que não se parece como tal, ou seja, coloca-se como “aparência natural do mundo”. Todas as identidades se forjam a partir do olhar da identidade dominante, que sequer é considerada uma identidade. Sobre isso, Mignolo afirma que “ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades tanto similares quanto opostas como essencialistas e fundamentalistas” (MIGNOLO, 2008: p.289).

Nesse sentido, o que se pretendeu neste texto foi apontar para o limite de análises norteadas por critérios de classificação social rígidos que desconsiderem contradições e subjetividades. Tais critérios, ao pressupor objetividade e imparcialidade, frequentemente incorporam a visão de mundo daqueles que os criaram, ou seja, homens, brancos e heterossexuais.

Ser mulher, operária e negra se distingue, em vários momentos, de ser apenas mulher e operária. Se a condição de ser operária e mulher representa estar em lugares de subalternidade na relação com o operário homem, o ser operária, mulher e negra implica na complexificação dessas relações de dominação e subordinação. Os códigos de identificação se operam de formas variadas e variáveis. O antagonismo pode vir a ocorrer frente ao patrão, o homem (branco ou negro), a mulher branca, do mesmo modo que podem ocorrer aproximações.

Contudo, o negligenciamento histórico do critério da raça em combinação com o gênero oculta a apreensão de formas de opressão e desigualdades. Sobre isso Grada Kilomba afirma:

*Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos. Discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar (KILOMBA, 2019: 97)*

Revisitar histórias e memórias já sedimentadas e sobre elas lançar novos olhares, parece ser o caminho para a construção de histórias e memórias nas quais o sujeito do discurso sobre racismo, do gênero e da classe sejam, também, a mulher negra. A trajetória de Lúcia de Souza (a D. Lúcia) – também da professora Ruth Telles de Menezes – é emblemática do quanto o protagonismo da mulher negra pode ser invisibilizado por olhares “operados pelo treinamento disciplinar”, tal qual aponta Spivak:

*O historiador, transformando a insurgência em texto para o conhecimento, é apenas um receptor de qualquer ato social pretendido coletivamente. Sem qualquer possibilidade de nostalgia pela origem perdida, o historiador deve suspender (tanto quanto possível) o clamor de sua própria consciência [...] para que a elaboração da insurgência, empacotada em uma consciência insurgente, não se congele em um objeto de investigação. Ou, pior ainda, em modelo de imitação (SPIVAK, 2010: p.83)*

É possível também que o historiador não seja simplesmente um “receptor”, tendo, ele próprio, a “possibilidade da nostalgia”. Isso é o que aqui está posto, por ser a autora do presente texto, mulher, negra e filha de operários de uma das fábricas do Grupo Othon. Entretanto, ainda que assim não fosse, Spivak defende uma “historiografia subalterna” como sendo a possibilidade de fugir “das sanções narrativas conferidas pelo sujeito colonial nos grupos dominantes”. Abrir mão das inferências sobre os textos narrados para ouvir as vozes dos sujeitos subalternizados pode significar algum tipo de “perda”, de um certo controle, inconsciente talvez, sobre os resultados da análise, mas o ganho é incomensurável. Sobre os estudos acerca do lugar das mulheres na história, “a relação entre a mulher e o silêncio pode ser assinalada pelas próprias mulheres; as diferenças de raça e de classe estão incluídas nessa acusação” (SPIVAK, 2010: p. 84).

Acessar as experiências de insurgência de mulheres negras como Lúcia de Souza é um ganho intelectual no sentido de conferir complexidade analítica e, o que mais importa, um ganho social em direção a democratização da história do passado e do presente.

*Talvez se pudesse argumentar que a experiência é realmente um nível muito inferior de mentação, que ela só pode produzir o mais grosseiro “senso comum”, “matéria prima” ideologicamente contaminada, que dificilmente se qualificaria para o ingresso no laboratório das generalidades. Não creio que seja assim – pelo contrário – considero tal suposição como uma ilusão muito característica dos intelectuais, que supõe que os comuns mortais são*

*estúpidos. Em minha opinião, a verdade é mais nuançada, a experiência é válida e efetiva[...]*  
(THOMPSON, 1978: 17)

Essas “experiências efetivas” constituíram uma cultura fabril, forjada por múltiplas e diversificadas experiências. Alguns discursos, no entanto, são capazes de produzir “uma área de igualdade” (GOMES, 2005: pp.24-25), que não anula as diferenças, mas que enfatizam um conjunto de valores e tradições solidários. Nesse sentido, D. Lúcia, uma velha operária, mulher, negra e protagonista de experiências de insurgências num espaço de dominação masculina e branca, assim se posiciona:

*O que eu tenho pra mim tá bom demais, eu não quero mais nada. Eu fico preocupada é com quem não tem nada, aquela miséria! As pessoas estão na miséria porque querem? É porque é malandro. Não é meu Deus! Muita gente já é explorada de nascença. As pessoas estão na miséria desde que nascem! Os poderosos aproveitam, acham que é isso mesmo, acham que tem que trabalhar pra eles. Os sacrificados trabalham, os filhos, os netos. Tudo sacrificado, tudo desdentado, aquela geração. E os filhos de seus fulanos vão estudar em bons colégios, no exterior, e ainda vem mandar no nosso país* (SOUZA, 2007)

Os demarcadores da classe aparecem aí como produtores da área de igualdade que une – circunstancialmente (THOMPSON, 1987: p.10)<sup>7</sup> – operárias e operários, negros e brancos. Contudo, conforme visto anteriormente, conflitos e tensões que passam por outros crivos, como o do gênero e o da raça, também se fazem presentes. Essas são formas de opressão que atuam imbricadas umas às outras, de modo que não devem ser analisadas em separado. Considerar suas intersecções é operar no sentido de evitar que a história continue a arbitrar, em variados sentidos, sobre seus protagonismos, e sobretudo a invisibilizar trajetórias de mulheres negras, como as que aqui foram citadas.

#### **4. Fontes e referências bibliográfias**

##### 4.1. Fontes

##### 4.1.1 Entrevistas realizadas pela autora

Álvaro José da Silva, em 17 nov. 2017

Lúcia de Souza, em 10 out. 2007

Maria Oneida Peclát, em 20 de jan. 2005

---

<sup>7</sup> A esse respeito concordamos com Thompson, quando este afirma que a classe não pode ser pensada como coisa a priori, mas “sempre encarnada em pessoas e contextos reais”. Contexto, processo e experiência aparecem, portanto, como os condicionamentos da noção de classe.



Nely Gualandi de Mello, em 03 mar. 2007

Paulo Lopes, em 03 mar. de 2005

#### 4.1.2 Periódicos

FREYRE Gilberto. Dois Mortos. IN: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 16 jun. 1949. Microfilme. Localização: Fundação Joaquim Nabuco.

IMPrensa POPULAR, Rio de Janeiro. Ano IV. n. 646. Terça-feira, 20 de mar. de 1951.

RIALTO, Jorge (pseudônimo de Gilberto Freyre). Em torno de uma entrevista. JORNAL A PROVÍNCIA. 08 dez. 1928. Localização: Arquivo Público Estadual de Pernambuco.

#### 4.2 Referências bibliográficas

BATALHA, Cláudio H M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

CHAVES, João B. *O racismo na história batista brasileira: uma memória inconveniente do legado missionário*. Novos Diálogos, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*. Número 010, Universidad de Aarhus, Aarhus Latiamericanistas, 2005.

FARIAS, Ivo dos Santos. Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho (1953-1962). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. 2012.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HEBRARD, Jean. *As bibliotecas escolares*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social [online]*. vol.26, n.1, 2014 <Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103> . Acesso em 15 de set. 2020.

HOOKS, bell. *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black*. Boston: South End Press, 1989.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília e Marco Zero/MCT/CNPq, 1998.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. *Identidade, memória e história em Santo Aleixo: aspectos do cotidiano operário na construção de uma cultura fabril*. Curitiba: Appris, 2019.

\_\_\_\_\_. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significa de identidade em política. *Revista Gragoatá*, n.2, p. 11-41, 2007.

OLIVEIRA, Gladson Macedo. *A fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais (1941-1992)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

SANT'ANNA, Irun. *Brasil: país sem futuro?* Rio de Janeiro: Imprimatur, 1997.

SANTOS, Manoel Heleno Rodrigues. *Meu romântico Apipucos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRISTÁN, Daniela Rebelo Monte. *Trabalhadores da Tecejuta: Experiência Operária e Construção da Memória numa Fábrica Têxtil do Oeste do Pará (Santarém, 1951-1990)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Amazonas, 2016.

\*\*\*

**Juçara da Silva Barbosa Mello:** Professora adjunta no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua na área de prática de ensino de história. Tem interesse em pesquisas sobre história social do trabalho, cotidiano, ensino de história, memória e patrimônio cultural.

\*\*\*

Artigo recebido para publicação em: 10 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 02 de dezembro de 2020.

\*\*\*

**Como citar:**

MELLO, Juçara da Silva Barbosa. O protagonismo de mulheres negras no contexto de uma cultura fabril. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, n°. 20, 2020. pp. 197-215. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.55238.

